



CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: FORMAÇÃO PARA FUTUROS EDUCADORES

SANCHES, Luara Iracema de Oliveira ¹
CAETANO, Daniele Laurinda ²

RESUMO

Este relato tem por objetivo compartilhar a experiência de realização de um encontro formativo centrado na cultura afro-brasileira e indígena, organizado por duas docentes, uma de ascendência negra e a outra indígena. Assim, a iniciativa foi direcionada a estudantes graduandas do curso de Pedagogia em uma instituição de ensino superior privada, em São Paulo, a partir do interesse demonstrado por essas alunas. Desse modo, a relevância dessa formação decorre da responsabilidade estipulada pelo Parecer do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação n.º 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e do parecer 14/2015, que define as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, conforme a Lei n.º 11.645/08. Assim sendo, a ausência de capacitações como essa resulta na privação de conhecimentos para futuros professores da Educação Básica, atrasando, em muitos casos e, em outros, tornando inviável a aplicação do trabalho exigido pelas leis: 10.639/03 e 11.645/08. Tal ausência contribui para a manutenção da desigualdade racial e exclusão étnica, impedindo o acesso a direitos básicos e recursos públicos, sejam materiais ou imateriais, no Brasil. Em suma, o evento foi estruturado da seguinte forma: apresentação das docentes ministrantes e suas trajetórias e identidades, dinâmica cultural de interação, momento de debate e encerramento.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira e indígena; Diretrizes Curriculares; Relações étnico raciais; Formação docente.

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 10.639/03 que discorre sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, a Lei n.º 11.645/08 que obriga o ensino da história e cultura africana e indígena e a EREER contida no arcabouço jurídico complementar da Lei n.º 10.639/03, parecer CNE 03, cujo objetivo é reconstruir novas relações étnico raciais entre brancos e negros pautadas na valorização³. Assim sendo, essas leis representam esforços legislativos para reconhecer e resgatar a memória através da história, visando à promoção da diversidade cultural e étnica. Isto é, um fato presente, porém, a possibilidade dessa construção começou no passado,

¹ Graduanda do Curso de Linguagens da Faculdade de Educação SESI-SP, luara.sanches@hotmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Gama Filho-RJ e mestranda da Faculdade de Educação - UFMG, laurindadaniele@gmail.com;

³ Fonte: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf Acesso em: 22 de out. De 2023.



a partir da recusa desses dois grandes grupos que, ao se posicionarem de forma contracolonial⁴, deram origem aos quilombos.

Assim como os povos indígenas desempenharam um papel fundamental na resistência à colonização, preservando suas tradições, línguas e modos de vida em harmonia com a natureza. Esse reconhecimento não apenas amplia nossa visão, mas também nos incumbe de responsabilidade. Devemos trabalhar para que currículos monoteístas sejam transformados em politeístas, onde todos sejamos devidamente valorizados e para que essas comunidades não tenham que dedicar suas vidas lutando pela preservação de seus conhecimentos, as suas terras e suas culturas. Nesse sentido, a ideia subjacente é que todos possam desfrutar do bem viver, compartilhando um futuro de modos pautados nas riquezas culturais e naturais que as comunidades tradicionais resguardaram.

Dessa forma, entendemos essas legislações como árvores, plantadas por mãos negras e indígenas, que mesmo em contextos tão áridos continuam arando a terra e semeando. Em vista disso, o objetivo em compartilhar esse relato se deve a importância de expor os caminhos trilhados até o encontro efetivado, considerando, o resgate da memória afro-indígena impulsionado pela legislação, a importância da formação de qualidade para futuros educador@s, a problematização da ausência dessa qualificação e por fim, o relato do encontro formativo.

METODOLOGIA

Tendo em vista que esse trabalho assenta-se em uma descrição de relato e experiência pedagógica, a metodologia utilizada para a descrição e análise dos dados está pautada na *escrivência* de Conceição Evaristo (2021). Observar é (re)viver, tanto a estrutura socio-histórica e cultural daquele que é observado quanto daquele que o observa,

a *escrivência* surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por uma coletividade (Conceição Evaristo, Correio Braziliense, 2021)⁵.

⁴ Fonte: BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A Terra dá, a terra quer**. São Paulo, Ubu Editora, 2023. Lavrador morador do Quilombo Saco-Curtume em São João do Piauí/PI, ele compartilha seus saberes e nos educa ao dizer que o contracolonial é aquele que não aceita ser colonizado. É um modo de vida e de resistência não se limita a ser uma teoria.

⁵ Fonte: Conceição Evaristo, Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/opiniaio/2021/05/4924912-artigo-----escrivencia-um-movimento-necessario.html> Acesso em: 15 de maio 2023.



Da mesma forma, pautamo-nos na metodologia do conceito cunhado pela escritora Djamila Ribeiro (2017)⁶ do *lugar de fala*, tendo em vista a ascendência negra e indígena das pesquisadoras.

REFERENCIAL TEÓRICO

O início do encontro foi constituído pela apresentação das identidades de cada docente, refletindo a importância do processo de construção dessas. Conforme o entendimento de que as identidades são formadas a partir do que uma pessoa pensa de si mesma e do que os outros dizem sobre ela, pois,

A identidade é um dos resultados mais importantes do processo de constituição social do sujeito. E, para Erikson (1976), identidade refere-se a um contínuo sentimento de individualidade que se estabelece valendo-se de dados biológicos e sociais. O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo, situado em um meio que o reconhece como ser humano e social. Assim, a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos veem (Cavalleiro, 2010, p. 21).

Assim, as docentes partilharam suas experiências e identidades pessoais como ponto de partida. Chama a atenção o fato de elas não se conhecerem, e ao terem seus caminhos conectados através desse trabalho, puderam reconstituir fragmentos de memórias compartilhadas, atravessadas por questões que ora se aproximam e ora se distanciam. No entanto, o contexto histórico e atual brasileiro vincula seus grupos como inferiores, e esse fato pode ter sido o grande impulsionador para um interesse genuíno pela história e cultura afro-brasileira e indígena materializadas na vida dessas docentes.

Durante a apresentação, a professora negra, Daniele Caetano, de origem periférica, com uma irmã de sangue branca e sendo filha de uma família evangélica, nos anos de 1980, tinha como referência na televisão programas com mulheres adultas e loiras, o que constantemente sinalizava o ideal de beleza. Além disso, o modo de se alimentar também era prejudicial, dando maior valor aos alimentos industrializados em detrimento dos naturais. Seus pais, ambos negros, saíram de seus territórios rurais em Minas Gerais, em busca de uma vida melhor na cidade do Rio de Janeiro. Com pouco acesso aos estudos, buscaram empregos, encontrando ocupações como empregada doméstica e bombeiro hidráulico, e assim buscaram conforto na religião diante de uma vida repleta de desafios e desvantagens econômicas, sociais e raciais.

⁶ RIBEIRO, D. O. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

Em suma, a professora relatou que foi criada sem nenhuma educação sobre questões raciais, uma vez que essa não era uma pauta discutida em casa, na sociedade em geral e muito menos na escola, o que naturalmente contribuiu para que,

[...] a maioria da população brasileira, negra e branca, introjetou o ideal do branqueamento, que inconscientemente não apenas interfere no processo de construção da identidade do ser negro individual e coletivo, como também na formação da autoestima geralmente baixíssima da população negra e na supervalorização idealizada da população branca (Carone; Bento, 2002, p. 14)⁷.

Nesta caminhada em busca da restituição de sua memória ancestral, a professora descobriu em uma conversa com seu pai, muito recentemente, sendo neta de uma indígena da etnia *Puri*, que era a mãe de seu pai. Mesmo assim, ela ainda não se vê como uma pessoa afro-indígena, embora seja, e isso se tornará uma verdade em sua vida no momento em que ela se conectar com esse modo de ser, sentir e agir. Nesse sentido, um ponto importante foi a retomada de uma indagação provocadora que surgiu nos diálogos que antecederam o encontro: Como pessoas que se tornam negras, podem acessar sua história, seus modos de ser, ver e fazer, uma vez que, com a colonização, a escravização e o período de branqueamento isso nos foi retirado?

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar, uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 1983, p. 77).

Essa questão serve como um ponto de partida crítico e demonstra como esses fatores estão entremeados, inclusive com a educação, promovendo a reflexão sobre a impossibilidade dessa construção da identidade, da história e da cultura negra no contexto brasileiro à primeira vista.

Assim sendo, esse resgate da identidade não colonizada encontra eco nas palavras de Antônio Bispo dos Santos, que nos relembra em sua entrevista para a Revista Ecoa (UOL, 2023)⁸ a importância do autorreconhecimento do negro, sua história e sua trajetória, “não sou colonizado, sou quilombola”. Nesse sentido, essa afirmação fortalece o vínculo com as raízes ancestrais e destaca a importância de reconhecer e acessar as comunidades não colonizadas,

⁷ CARONE, Iray.; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia Social do Racismo** – Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis (RJ). Editora Vozes. 2016.

⁸ Fonte: ECOA UOL. **Negô Bispo: ‘A sociedade colonialista acabou. Por isso querem ir para Marte’**. Caroline Aple. Colaboração para a Ecoa, em São Paulo (SP). 13 de ago. 2023. 05h59min. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/08/13/incolonizavel-e-afropindoramico-quem-e-o-quilombola-nego-bispo.htm> Acesso em: 20 de out. 2023.



que preservam nossos saberes e modos de vida. Compreendendo que esses saberes resistiram ao longo do tempo, como as aldeias, os quilombos, os terreiros de candomblé e as religiões de matriz africana em geral. Pois, são espaços em que podemos nos conectar à nossa real existência, nos permitindo, gradualmente, retirar a máscara branca que cobre nossa pele negra (Fanon, 1979). Entendemos, assim, que a restauração da memória é uma maneira de combater a apropriação cultural descontextualizada causada pelo colonialismo, na qual a cultura do povo colonizado é suprimida pela cultura do colonizador (Fanon, 1979). Portanto, a formação da identidade cultural nacional, frequentemente imposta pelo colonialismo, pode igualmente ser permeada pelo racismo, uma construção cultural que impõe padrões eurocêntricos e coloca em conflito diferentes culturas e modos (Bispo, 2023) de vida. Assim sendo, a superação do racismo requer o reconhecimento e a preservação das culturas e memórias dos povos colonizados.

Dando sequência, a professora indígena, Luara Iracema, responde de uma forma didática a seguinte pergunta: E o que é ser indígena no Brasil?. Essa resposta é construída gradualmente enquanto a mesma compartilha sua trajetória até aquele exato momento onde se realizava o encontro formativo, trazendo as complexidades das relações étnicas raciais indígenas do sudeste de *Pindoreté* (Pindorama, Brasil) e correlacionando com sua própria configuração familiar de ser uma mulher que nasce e cresce no contexto urbano periférico. Contudo, Luara é filha de pais indígenas e quilombolas que experiencializaram uma infância em seus territórios originais, condicionados a urbanização marginalizada.

Compartilhar essa memória é colocar em pauta que ser indígena no nosso território não está ligado apenas à leitura racial baseada em fenótipos, mas também na preservação étnica, mesmo daqueles que vivem desaldeados. Os povos originários também foram atravessados pela miscigenação, de diferentes raças e etnias. Devido a isto, o racismo quanto violência existe principalmente àqueles que se distanciam da padronização branca, mas essa leitura não deve ser parâmetro para racializar uma pessoa indígena.

Por este motivo, a interpretação étnico-racial atribuída às pessoas pretas se difere em relação às pessoas indígenas, pois ela não consegue acolher sua pluralidade multiétnica e seus diferentes contextos. Desta forma, a sua inexistência e a sua invisibilidade física, intelectual, moral, afetiva e patrimonial indígena está ligada estritamente a dinâmicas e políticas etnocidas, por meio de fatores estruturais, sociais, políticos, simbólicos, econômicos e territoriais que fragilizam o reconhecimento, a identificação e o pertencimento desta identidade até a sua aniquilação.



Até o momento, é desta forma que o colonialismo vem atingido a população nativa de toda *Abya Yala* (Terra Viva, Terra Madura, continente americano), provocando mais desaldeamentos, condicionando mais pessoas a viverem a hostilidade das cidades e privando-as de seus recursos, direitos e de sua própria cultura. A prova disso são as séries de violências que até hoje a população indígena sofre, como, por exemplo, a aprovação da PL 2903 pelo Plenário do Senado em setembro (2023)⁹, projeto este que transforma em lei a tese Marco Temporal e legaliza crimes contra os indígenas e ao meio ambiente, uma vez que o próprio Supremo Tribunal Federal determinou neste mesmo mês sua inconstitucionalidade.

Essa série de eventos trágicos e alarmantes destaca a vulnerabilidade extrema enfrentada pelos povos originários, que, ao buscarem proteger suas terras ancestrais e preservar sua cultura, encontram-se em uma batalha desigual contra interesses econômicos poderosos e a impunidade que perpetua a violência na região. Luara Iracema destaca momentos cruciais em que sua família vivenciou a experiência de morte na cidade de São Bernardo do Campo (SP), até sua mãe conseguir um apartamento no bairro Cidade Tiradentes, extremo leste da capital paulista, conhecida por ser o maior conjunto habitacional social da América Latina. Relatou momentos de sua juventude onde necessitava de reconexão para entender a complexidade de suas experiências, a história da sua família e também a si mesma. Portanto, essa necessidade pela retomada a faz buscar acolhimento na comunidade indígena *Tabaçu Reko Ypy* (Peruíbe, SP), que a recebe para poder recuperar o que lhe foi roubado. O conhecimento da sua ancestralidade dos povos *Puri*, Guarani *Nhandewa* e do Quilombo Família Caetano.

O Brasil é uma nação que abriga uma rica diversidade cultural e étnica, com suas próprias línguas, tradições e histórias. Segundo resultados do último Censo Demográfico realizado no país pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰ em 2022, há cerca de 266 povos indígenas, totalizando uma população de 1.693.535 pessoas vivendo por todo o território nacional. No entanto, a importância dos povos indígenas e de seus territórios, na maioria, permanece desconhecida e negligenciada. Inclusive o sistema educacional brasileiro historicamente a negligenciou, contribuindo para a falta de conscientização e respeito. Esta falta de reconhecimento representa um profundo desafio para a compreensão da identidade nacional.

⁹ Fonte: GOV.BR, M. DOS POVOS INDÍGENAS. Senado Federal aprova o inconstitucional PL do Marco Temporal, contrariando recente decisão do STF. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/09/senado-federal-aprova-o-inconstitucional-pl-do-marco-temporal-contrariando-recente-decisao-do-stf>. Acesso em: 19 out. 2023.

¹⁰ Fonte: GOV.BR, A. DE COMUNICAÇÃO F. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 19 out. 2023.



Por esse motivo também se faz urgente o contato com epistemologias provenientes de pessoas indígenas, sejam aldeadas ou não, para a elaboração de uma formação crítica com aprofundamento e responsabilidade sobre a composição multiétnica e racial da sociedade brasileira nas discussões étnico raciais.

Nesta confluência entre educadoras negra e indígena, demonstramos a possibilidade de reconfiguração das identidades a partir da memória e no deslocamento até esses territórios. Assim sendo, objetivamos contribuir para a constituição das identidades das próprias futuras docentes quanto ventilar novas possibilidades de propostas educacionais em suas atuações.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE QUALIDADE PARA FUTUROS EDUCADOR@S

Na instituição de ensino superior privada em São Paulo, onde ministramos essa aula, é notável que, até o momento, a grade curricular não abrange o tipo de educação que é obrigatório, como mencionado anteriormente. Diante disso, o que chama a atenção é o papel ativo das próprias graduandas negras, brancas e indígenas na organização desse percurso educacional, demonstrando uma legítima preocupação quanto à qualidade de sua formação. Esse envolvimento e iniciativa sinalizam que as próprias alunas reconhecem a necessidade de articular esses conhecimentos em seu cotidiano pessoal e pedagógico.

Portanto, enfatizamos a importância de mecanismos eficazes que supervisionam e fiscalizam, uma vez que, como podemos constatar, mesmo em uma instituição privada do Ensino Superior, onde há um contrato e uma relação financeira, a entrega do serviço prestado se revela incompleta. O quadro docente é composto majoritariamente por professor@s branc@s e não sabemos se ess@s possuem formação adequada para ministrar conteúdos necessários já evidenciado anteriormente. Por isso, indagamos, quais seriam os mecanismos que assegurariam a completude da prestação desse serviço? Porque essa instituição possui uma livre autonomia para a conservar uma educação repleta de lacunas?

Desta forma, é possível perceber uma instância de poder que determina, o que será ministrado, quando, por quem e como. Trata-se de escolhas hegemônicas intencionais que se configuram no passado, presente e futuro. Nisso, Silva (2002) nos diz que:

Em termos de representação racial, o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um “tema transversal”: ela é uma questão central de conhecimento sobre raça e etnia incorporado no currículo não pode ser separado daquilo que as crianças e os jovens se tornarão como seres sociais (Silva, 2002, p. 102).



Assim, sublinhamos a significância desta formação como um investimento no nosso futuro, propondo desmistificar desigualdades étnicas e aprofundar na história de nossos povos, significa também compreender verdadeiramente o nosso país e o seu contexto.

Dessa maneira, isso implica diretamente na valorização da produção intelectual negra e indígena e esse fato contribui para novas reconfigurações que buscam estabelecer relações mais saudáveis e equitativas em nossa sociedade por meio da educação.

RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO - A PROBLEMATIZAÇÃO DA AUSÊNCIA DESSA QUALIFICAÇÃO

Destacamos, ainda, nossa preocupação como educadoras, conscientes da relevância desse trabalho. Tendo em vista, que os cursos de licenciatura em geral, e o de pedagogia em específico, formam profissionais que atuarão com grupos de quinze, quarenta ou mais indivíduos, entre eles crianças e adolescentes, ou seja, indivíduos em processo de formação, hoje, mais do que nunca, sabendo das raízes do colonialismo e do racismo, presentes inclusive na linguagem, reforçamos a necessidade de implementação de uma formação da retomada. Desse modo, “é necessário retomar a consciência crítica e indagar: estamos servindo a quem e a quem?” (Cacique Babau, 2022)¹¹. Ainda segundo o autor, “essa retomada tem que ser feita o tempo todo, pois o tempo todos algum está retirando algo de alguém” (Cacique Babau, 2022).

Dessa forma, ao exercer a docência, expressamos nossas opiniões e, por vezes, pautadas em valores fundamentados na educação e criação que recebemos. Assim sendo, em um país extremamente racista, a maneira como nós, educador@s, nos apresentamos na sala de aula pode interferir diretamente na experiência de aprendizado de nossos alunos. Neste sentido, como é possível preparar futuras educadoras para promover um ambiente de aprendizado plural, respeitoso e enriquecedor, no qual a diversidade cultural e étnica seja valorizada e incorporada de maneira significativa em sua prática pedagógica, se esse ensino é negligenciado e ausente das instituições privadas do ensino superior em geral?

O RELATO DO ENCONTRO FORMATIVO

¹¹ Fonte: Plataforma do YouTube. Coletivo Legítima Defesa. **Diálogos Amefricanos: Confluências na Retomada** com Cacique Babau e Nego Bispo. Transmitido ao vivo em 15 de fev. De 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Akm9vLsy5cw> Acesso em: 22 de out. De 2023.



O encontro teve a duração de três horas e a sua estrutura foi centrada na responsabilidade individual e institucional. Iniciou-se com a apresentação das professoras autoras deste artigo, relatado anteriormente. Posteriormente, introduzimos o contexto histórico, que consistiu em uma série de leis refletindo a escolha política do Estado, em relação às Políticas Públicas em vigor. Essas políticas abrangiam desde a exclusão do acesso à educação para negros e indígenas até a importação de europeus, com o intuito de marginalizar os negros recém-libertos na sociedade, privando-os de trabalho, renda, educação, saúde e moradia. Havia uma imagem ideal do brasileiro definida pela elite, da qual negros e indígenas não faziam parte. Após a promulgação da Lei Áurea em 1888, a preocupação passou a ser como manter a hierarquia entre brancos e negros, para preservar os privilégios e promover a imagem de uma sociedade republicana, civilizada¹² e em progresso. Os valores racistas que persistem até hoje em nossa sociedade foram transmitidos de geração em geração (Sodré, 2023). A simples assinatura de um papel não significou o fim dos valores racistas enraizados por séculos.

Além disso, no final do século XIX, houve a disseminação de teorias racistas, como o racismo científico, o darwinismo social e a eugenia, que fortaleceram a ideologia racista adotada por quem ocupava posições de poder como parte do projeto nacional. Isso naturalizou as desigualdades raciais e permitiu a implementação do projeto de branqueamento, que perdurou até 1930. Em nossa formação, destacamos amplamente o período pós-abolição, com a política de branqueamento, que foi uma escolha política do Estado e seus efeitos genocida está presente até os dias atuais. Portanto, abordamos as legislações que tornam obrigatório o trabalho, já citado anteriormente, bem como o papel dos sistemas de ensino e localizamos o ensino superior como um eixo de suma importância.

Para a introdução da temática indígena o foco inicial foi na desconstrução de estereótipos no que se trata de ser uma pessoa indígena e seus diferentes contextos. O ponto de partida para esse diálogo foi justamente entregar ao grupo presente a tarefa de tentar responder o que configura uma pessoa indígena com base no conhecimento adquirido em suas trajetórias individuais. Em seguida, foi compartilhada a memória da própria educadora indígena no que se refere a sua construção étnica, traçando um paralelo político entre o desaldeamento de sua família com o avanço industrial das regiões de Santo André e de São Bernardo do Campo do estado de São Paulo. Desse modo, a intenção foi trazer a discussão do quão nocivo é para as

¹² Contudo, está contida dentro da palavra 'civilização' também a ideia de 'não civilização', que tem sido frequentemente usada de forma problemática, como 'primitiva', por exemplo. Muitas vezes, isso resulta na justificativa do preconceito cultural, da exploração e da opressão. Esse conceito foi utilizado para classificar culturas de maneira seletiva e promover o etnocentrismo, o imperialismo e o racismo. Neste trabalho, destacamos que não existe uma única forma 'certa' de ser, mas sim uma diversidade de histórias, culturas e formas de existência.



peças indígenas e afro-indígenas o desapropriação étnica devido a sua migração para as metrópoles. Concomitantemente, foi apresentado slides com imagens de diversos indígenas brasileiros no material guia, que agregou a esta discussão a percepção da diversidade de fenótipos que existe a este grande grupo devido à miscigenação. Colaborando no aprofundamento dos diversos recortes, dissociando da interpretação étnico racial com fundamentalização nas experiências das comunidades negras às demandas de preservação dos povos indígenas.

Dando sequência, ainda pela oralidade, a educadora compartilha conhecimentos sobre processos de educação e aprendizado indígena de São Paulo, mediante a própria história indígena do território paulista narrada e vivenciada pela comunidade de *Tabaçu Rekó Ypy* e das etimologias das palavras em tupi guarani antes da invasão portuguesa e da influência do Padre José de Anchieta. Reforçando o quanto nossa região tem muito conteúdo originário a ser especializado em salas de aula. Para apresentar esta aldeia indígena, foi exibido o vídeo sobre a Festa *Tataruçu Katu* (festa do fogo sagrado), um evento sagrado e pedagógico onde a aldeia de *Tabaçu* convida indígenas e não indígenas para aprender sobre sua cosmovisão celebrando a natureza do fogo.

Para concluir esta etapa e exemplificar como funciona a pedagogia indígena na aldeia, foi proposto uma dinâmica onde as pessoas participantes deste encontro aprenderam a contar do 1 ao 10 em tupi guarani *nhandewa* usando uma canção originária que propõe aprender sobre números brincando coletivamente, subvertendo a estrutura lógica escolar que reforça a disciplina pela dominação e o controle do estado da criança de modo a suprir as expectativas das demandas do currículo escolar. No final abrimos para o debate, tivemos muitas questões e um apelo de uma mãe negra que relatou o medo e o racismo sofrido por sua criança em uma instituição vinculada a essa faculdade, uma vez que as crianças são majoritariamente brancas. Inclusive, relatou haver uma segregação dos que podem pagar e dos que não podem, neste último caso, haveria uma escola específica para crianças de baixa renda e conseqüentemente boa parte delas são negras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Posteriormente a implementação deste estudo, o interesse das graduandas por esta temática aumentou. Em vista disso, solicitaram a inserção desse conteúdo no currículo por meio de uma disciplina, mas até o momento essa demanda não foi atendida, visto que a formação foi no primeiro semestre.



Em suma, consideramos que esse encontro afetou positivamente @s participantes, tendo em vista que gerou diversos questionamentos e um determinado incomodo frente a permanência dessa estrutura de poder muito bem configurada em torno da educação e esperamos que esses desconfortos causem uma transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos como algo muito potente o encontro de uma pessoa negra e de outra indígena, dedicadas a debater e construir possibilidades através da fundamentação de nossos antepassados. Esses saberes em cena contrapõem a ordem em vigor, e é neste sentido que, mais uma vez, a legislação nos educa, pois, ao partirmos na constituição histórica do nosso país, veremos haver muito a reparar em torno das atrocidades dos colonizadores. Assim, estamos tratando aqui de um novo projeto de sociedade. Por isso:

A educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, a quebra de desconfianças, um projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual e equânime (conforme PARECER N.º: CNE/CP 003/2004, p. 6, Brasil).

Neste contexto, o arcabouço legislativo educacional em torno dos temas já destacados é fundamental. Nós, pessoas negras e indígenas, estamos cada vez mais conscientes das raízes profundas, grossas e fortes que permitem que as árvores plantadas por nossos ancestrais perdurem. Movemo-nos ao redor delas para que eles sintam que honramos as várias vidas que se foram, para que hoje estejamos escrevendo este artigo. A sociedade brasileira, e principalmente as pessoas que atuam na educação, precisam resgatar o sentido de serem educadores, pois currículos monoteístas abrem espaço para a exclusão do diverso e para a inexistência das memórias negras e indígenas.

A questão não é saber qual conhecimento é verdadeiro, mas sim qual conhecimento é considerado verdadeiro. A preocupação está nas formas pelas quais certos conhecimentos são considerados legítimos, em detrimento de outros, vistos como ilegítimos (Silva, 2022, p. 46). Essa existência não deve ocorrer através dos quadros de Debret, mas sim nos quadros que pintamos, como pessoas detentoras de saberes e fazeres do ponto de vista da valorização, não da inferiorização, e nem de histórias com pontos de vista que não são os nossos. A quem interessa mostrar a história dessa forma? Quais imagens são configuradas?

Deste modo, reconhecer o papel crucial dos povos indígenas na preservação de suas tradições e os saberes e lutas dos negros e suas estratégias permanentes contra a colonização é



imperativo. No entanto, desafios persistem, como a PL 2903. Assim sendo, é responsabilidade das instituições, como as educacionais, do Ensino Superior e da sociedade em geral, colocar no centro essa reconfiguração existencial. Em vista disso, uma formação de qualidade é vital para uma educação equitativa. Portanto, o encontro formativo realça a necessidade de abordar temas étnico-raciais nas instituições de ensino superior, superando a falta de qualificação e conhecimento dos docentes.

Em suma, o encontro de professoras negras e indígenas destaca a importância de uma educação crítica que desafie as desigualdades sociais e raciais, incorporando conhecimentos das comunidades tradicionais. No geral, mais iniciativas formativas são necessárias para cumprir as diretrizes legais e promover uma educação que valorize as diversas culturas étnicas no Brasil, contribuindo para este outro projeto de sociedade, ao invés de favorecer um pequeno número de pessoas e instituições que sempre tiveram vantagens.

REFERÊNCIAS

ALDEIA TABAÇU REKO YPY. Festas Tataruçu Katu - Aldeia Tabaçu Reko Ypy. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Xc5MMvjLWw&t=156s>. Acesso em: 19 out. 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A Terra dá, a terra quer**. São Paulo, Ubu Editora, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. In: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 10 mar. 2008.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983.